
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0000128-30.2012.2.00.0000**Requerente:** Ronald Neves Pereira**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA.

1. Ao se atribuir ao Cespe/UnB a elaboração, aplicação e correção das provas subjetivas, bem como o julgamento de recursos, mesmo havendo previsão no Edital de que a etapa seria de responsabilidade da Comissão de Concurso, todos os candidatos se submeteram a essa alteração de forma equânime, não havendo notícia nos autos de que essa mudança trouxe benefício a alguns candidatos em detrimento de outros, ou dano concreto a todos os interessados. Inexistente violação aos princípios norteadores da Administração Pública, em especial ao da isonomia.
2. A inobservância de regra do Edital pode não necessariamente acarretar nulidade de concurso público, quando não demonstrado prejuízo aos concorrentes ou violação do princípio da isonomia. Precedente do Supremo Tribunal Federal.
3. Na forma da jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, não cabe ao Poder Judiciário avaliar os critérios de correção das provas de concursos públicos. Precedente.
4. **Procedimento de Controle Administrativo que se julga improcedente.**

I – RELATÓRIO

Ronald Neves Pereira propõe o presente Procedimento de Controle Administrativo em face do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, requerendo o deferimento imediato de medida cautelar para determinar a suspensão do 52º Concurso Público para Provimento do Cargo de Juiz Substituto do Estado da Paraíba.

Alega que:

- está regularmente inscrito no referido Concurso e obteve aprovação na prova objetiva e subjetiva discursiva, com as seguintes notas: 9.27 (prova discursiva), 5.75 (sentença penal) e 5.75 (sentença cível);
- para que fosse aprovado para a fase subsequente, precisaria ter alcançado notas iguais ou superiores a 6 pontos nas provas práticas de sentenças penal e cível;
- embora tenha interposto recurso e conseguido a majoração da nota relativa à prova de sentença penal, não alcançou a nota necessária;
- para sua surpresa, no entanto, mais de 20 candidatos conseguiram atingir a nota mínima de 6 pontos, depois dos recursos administrativos que foram providos com aumento de até 2 pontos e, ao que tudo indica, com mudança de critérios de espelho e de correção, o que está sendo questionado por meio de ações judiciais em trâmite no TJPB.

- de acordo com o Edital do Concurso, a segunda etapa seria de responsabilidade da Comissão do Concurso, mas as provas foram elaboradas e executadas pelo CESPE/UnB;

- esse fato ocorreu sem que os candidatos fossem informados, sendo eles surpreendidos com a notícia já no local de realização da prova subjetiva;

- a Comissão do Concurso, com essa conduta, afrontou os itens 1.1, 1.4, “b”, e 6.1, II, do Edital n.º 01/2010, uma vez que delegou ao CESPE/UnB poderes para realizar e corrigir as provas da segunda fase do Certame sem que os candidatos tivessem prévio conhecimento sobre quem os avaliaria, o que interfere, inclusive, na sua preparação para o Concurso, pois cada examinador tem uma forma própria de abordagem e correção e o ora Requerente tomou por base obras doutrinárias, artigos e decisões publicadas pelos membros da suposta Banca Examinadora;

- o Edital não foi retificado para prever a organização, planejamento e realização da segunda etapa do Certame pelo CESPE/UnB e, um mês depois de ocorridas as provas, houve a publicação apenas, no Diário de Justiça, de extrato do contrato celebrado com a entidade, atribuindo a ela tais funções. Esse contrato, posteriormente celebrado e publicado, não convalida o ato anteriormente realizado, o qual é irrefutavelmente passível de anulação, uma vez que, no momento da realização das provas, vigia tão somente o que fora previsto no Edital do Concurso;

- conforme o Edital n.º 02/2010, item 17.34, as alterações em suas regras deveriam ser feitas por meio de outro edital, o que não aconteceu;

- também de acordo com o Edital, os recursos seriam distribuídos por sorteio entre os membros da Comissão do Concurso - o seu julgamento não poderia ser monocrático. Havendo sido os recursos julgados pelo CESPE/UnB, não se sabe se algum examinador funcionou como Relator, se os recursos foram julgados em série, com cartão-resposta padronizado, quem os analisou ou que critério serviu de base para tanto;

- nenhum Edital foi publicado informando qualquer alteração em relação àqueles que seriam competentes para realizar a correção dos recursos, motivo pelo qual quaisquer pessoas que não sejam os membros da Comissão do Concurso são incompetentes para tanto, de acordo com o Edital n.º 01/2010, porque a competência administrativa é um ato sempre vinculado, não podendo ser objeto de delegação, conforme dispõe o artigo 13, III, da Lei n.º 9.784/1999;

- praticado um ato administrativo por autoridade incompetente, não há como ser sanado tal vício, devendo o ato em questão ser anulado, inclusive utilizando-se do art. 2º, “a”, parágrafo único, “a” da Lei n.º 4.717/1965;

- recentemente, decisão emanada da 3ª Vara da Fazenda de Campina Grande determinou a anulação de toda a correção das provas feita pelo CESPE/UnB, em face de sua ilegitimidade, justamente por não haver previsão no Edital.

Afirma o Requerente que, além dos vícios já indicados, outras questões também demonstram a falta de razoabilidade que vem ditando o Concurso. Tais questões seriam as seguintes:

- quando da primeira divulgação do resultado das provas de sentença, apenas 10 candidatos lograram êxito em avançar para a próxima fase do Certame; após os recursos administrativos, porém, esse número subiu para 34, um aumento de mais de 200% no número de aprovados, o que demonstra a falta de critério para a correção das provas;

- o coordenador das provas práticas do CESPE/UnB afirmou, em entrevista, logo após a primeira divulgação do resultado da prova de sentença, que o número de aprovados, pelo menos, dobraria, o

que leva a indagar que elementos ele teria para fazer tal afirmação, pois se a correção é feita de forma objetiva, não poderia ter certeza de que, com os recursos, o número de aprovados aumentaria;

- a falta de critério está demonstrada também com o fato de que os candidatos cujos recursos foram admitidos tiveram um aumento de quase 2 pontos em suas notas, circunstância que leva a perguntar como uma prova corrigida por critérios objetivos permite um aumento tão grande nas notas, após o recurso;

- a explicação para esse fato seria uma só: as provas foram mal corrigidas e sem um critério razoável;

- além disso, não foram considerados os argumentos dos candidatos, havendo apenas sido analisado se as palavras contidas no espelho de resposta estariam contidas na prova, não sendo aceitos argumentos que levassem à mesma conclusão embora não contivessem a palavra desejada pelo CESPE/UnB;

- para que houvesse esse aumento no número de aprovados, foi feita uma alteração no critério de correção da prova: a sentença penal trouxe como crime a ser capitulado o latrocínio, sendo que, após a correção dos recursos, diversos candidatos foram aprovados apesar de terem tratado a questão como roubo em concurso formal. Sem nenhuma publicação de edital e sem estender o entendimento aos candidatos que não recorreram, o CESPE/UnB passou a considerar também como resposta certa o roubo em concurso formal;

- houve também violação ao contraditório e à ampla defesa, uma vez que, para cada item, o recurso deveria ter no máximo mil caracteres, menos de dez linhas, o que é insuficiente ante a quantidade de objetos cobrados em cada item;

- essa limitação impedia que o candidato demonstrasse que os tribunais superiores, bem como a doutrina, possuem entendimentos diversos daquele que fora acolhido como resposta correta.

- permitir a um candidato recorrer de uma correção de diversos itens em apenas mil caracteres e sem saber exatamente o que foi considerado incorreto é o mesmo que não ofertar o direito de defesa, uma vez que, em seu entender, permitir o contraditório e a ampla defesa corresponde a permitir que a parte possa influenciar no convencimento daquele que realizará o julgamento/correção;

- o CESPE/UnB, ao limitar a defesa dos candidatos, violou frontalmente o artigo 5º da Constituição Federal e prejudicou diversos candidatos, inclusive porque muitos acabaram se sentindo desestimulados a recorrer;

- as matérias ora trazidas estão sendo apreciadas pelo Poder Judiciário da Paraíba que, em juízo preliminar, concedeu várias tutelas antecipadas no sentido de assegurar a diversos candidatos o direito de prosseguirem no concurso;

- não é normal que um concurso para Juiz Substituto deflagre tantas ações judiciais;

- as liminares já concedidas, além de atestarem os indícios de ilegalidades praticadas durante o concurso, passaram também a infringir o princípio da isonomia entre os concorrentes, uma vez que beneficiam somente os respectivos autores das ações, os quais fundamentam seus pedidos em fatos que maculam a hignidade de todo o concurso;

- o Presidente da Comissão do Concurso comunicou que a convocação para a terceira etapa será divulgada oportunamente, o que pode ocorrer a qualquer momento, trazendo gravames aos candidatos que, como o Requerente, veem-se preteridos em seu direito de prosseguir no Concurso em face das ilegalidades perpetradas;

- tal fato caracteriza o *periculum in mora* a ensejar a concessão de liminar para a suspensão do Concurso até final julgamento deste Procedimento de Controle Administrativo, sob pena de

restar infrutífera a decisão de mérito;

- encontra-se também presente o requisito do *fumus boni iuris*, uma vez que a Comissão do Concurso praticou ato administrativo ilegal, corporificado na inobservância dos critérios de aplicação da prova estabelecidos no Edital respectivo;

- as várias liminares já concedidas pelo Poder Judiciário da Paraíba igualmente demonstram a fumaça do bom direito de modo a fundamentar a concessão da ordem liminar de suspensão do Concurso.

Requer, ao final, a anulação da segunda etapa do Concurso.

Instado a se manifestar, o Requerido prestou as seguintes informações:

- a judicialização da matéria constitui óbice insuperável que deve acarretar a extinção sumária do presente Procedimento;

- a contratação do Cespe/UnB para realizar a segunda fase do Certame consubstanciou apenas o uso de faculdade há muito concedida à Administração Pública pela doutrina e pela jurisprudência: o poder discricionário de decidir como organizar o concurso que pretende realizar;

- essa contratação observou a mudança de orientação do próprio CNJ, na alteração da Resolução n.º 118, de 3/8/2011, a qual passou a permitir a contratação de instituições dessa natureza para realização das demais etapas do concurso e não apenas da prova objetiva seletiva;

- a escolha de modificar o Edital, além de ser ato *interna corporis* da Comissão de Concurso, também obedeceu as normas editadas pelo CNJ;

- a contratação da instituição ocorreu da forma devida e com o objetivo claro de imprimir ainda maior lisura ao Concurso, em observância aos princípios da isonomia, da legalidade e da supremacia do interesse público;

- não houve, ante a contratação do Cespe/UnB, a criação de nova exigência, seja quanto a método de avaliação, seja no que se refere aos requisitos para aprovação para fases posteriores, ou sequer a modificação de exigência editalícia, limitando-se a modificação apenas à instituição encarregada da realização da segunda e da terceira etapas;

- não houve vulneração do princípio da igualdade porque todos os candidatos disputaram em igualdade de condições, tendo em vista que foram avaliados da mesma forma; consequentemente, não existe vício quanto à alteração do Edital para contratação do Cespe/UnB;

- afigura-se desarrazoada e inverídica a afirmação do Requerente de que os candidatos foram surpreendidos com a mudança da instituição responsável pela elaboração e realização das provas discursivas, pois a informação constava tanto do Edital n.º 13, que convocou os candidatos para as provas escritas subjetivas, quanto do comunicado divulgado em 23/8/2011; o Cespe/UnB, ademais, enviou mensagem eletrônica a todos os candidatos, convocando-os para a prova subjetiva;

- a ampla publicidade conferida à alteração supera o argumento do Requerente no sentido de que esse fato interferiu na sua preparação para o Concurso;

- ainda que não fosse assim, no âmbito do regime jurídico administrativo tem plena incidência o princípio da boa-fé objetiva, de modo que, ainda que se identificasse possível descumprimento de disposição do Edital – o que não ocorreu –, seria necessário aferir a potencialidade lesiva desse descumprimento ao interesse público protegido no princípio do concurso público;

- não há dúvidas de que todos os candidatos foram tratados de forma isonômica e impessoal, havendo todos sido avaliados pela mesma Comissão Examinadora e a partir dos mesmíssimos critérios de correção e aferição de conhecimento;

- o Requerente aceitou o fato de o Cespe/UnB haver participado das provas seguintes do Concurso e seguiu concorrendo, havendo sido aprovado na segunda fase, sem que, até esse momento, tenha alegado qualquer vício ou ilegalidade no Certame; somente após decorridos dois meses da sua não aprovação na prova de sentença, em clara demonstração de má-fé, o candidato buscou questionar, indevidamente, a lisura do Concurso;

- o candidato recorreu administrativamente da pontuação que lhe fora atribuída nas provas de sentença, havendo sido o seu recurso parcialmente provido, de maneira que a sua nota foi acrescida em 1,0 (um) ponto, que não foi suficiente para habilitá-lo para a próxima fase do Certame;

- o intento do Requerente, bem como de outros, também reprovados, é buscar, em total dissonância com o princípio da supremacia do interesse público, uma nova chance, o que não pode ser aceito, eis que não obteve a nota mínima necessária para prosseguir no Concurso;

- a não retificação do Edital quanto à instituição encarregada de elaborar, aplicar e corrigir as provas não passa de mera irregularidade, não sendo apta a ensejar a anulação de qualquer fase do Certame, conforme entendimento do CNJ (PCA 181, Relator Conselheiro Mairan Gonçalves Maia Júnior, DJU 9/11/2007);

- o argumento de que qualquer alteração nas regras do Edital deve ser feita por meio de outro Edital vai de encontro à jurisprudência consolidada do STF no sentido de que a divulgação no Diário Oficial é suficiente para se dar publicidade a um ato administrativo (RE 390939, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJ 9/9/2005);

- de igual modo, na forma da jurisprudência do STJ, eventual nulidade exige a comprovação do prejuízo (RMS 21.931/TO, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 13/12/2010);

- o fato de o Requerente afirmar que “não se sabe se algum examinar funcionou como Relator, se os recursos foram julgados em série, com cartão-resposta padronizado, quem os analisou ou que critério serviu de base para tanto” não tem o condão de retirar a idoneidade da instituição que elaborou, aplicou e corrigiu as provas, assim como não permite aferir que os critérios utilizados foram prejudiciais ao Requerente;

- constitui ônus do Requerente, do qual não se desincumbiu, demonstrar algum prejuízo evidente para o bom desenrolar do Certame ou que acarrete o malferimento de qualquer princípio de sede constitucional ou legal;

- a afirmação do Requerente de que quaisquer pessoas que não sejam os membros da Comissão de Concurso são incompetentes para corrigir os recursos interpostos pelos candidatos em face do disposto no artigo 13, III, da Lei n.º 9.784/1999, não tem procedência, uma vez que esse dispositivo não é aplicável à hipótese; tal dispositivo estabelece que, no caso da decisão haver sido tomada por determinada autoridade, esta não pode delegar a decisão do recurso administrativo, o que não ocorreu no caso, visto que o próprio Cespe/UnB elaborou, executou e corrigiu as provas;

- o Cespe/UnB já havia sido contratado desde o dia 8/8/2011, o que afasta qualquer dúvida quanto à sua legitimidade para proceder à confecção, aplicação e correção das provas, consoante extrato publicado no DJE de 16/9/2011;

- não prospera o argumento do Requerente de que um ato administrativo praticado por autoridade incompetente deve ser anulado porque não há como sanar tal vício, uma vez que é pacífico na doutrina que o vício da competência pode ser sanado, desde que não seja caso de competência exclusiva;

- a decisão emanada da 3ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande, noticiada pelo Requerente, que, em juízo precário, determinou a anulação de toda a correção das provas feita pelo

Cespe/UnB em face de sua ilegitimidade, foi reformada pelo TJPB, de maneira que o Concurso encontra-se livre para prosseguir;

- o acréscimo do número de candidatos aprovados após a correção dos recursos administrativos só ratifica a lisura da Banca, assim como a retidão com a qual o Concurso está sendo tratado;

- o coordenador das provas práticas afirmou, em entrevista, que após a análise dos recursos o número de aprovados **poderia** ser aumentado, não havendo, em momento algum, afirmado, de forma peremptória, que de fato haveria um acréscimo de aprovados;

- essa afirmação do coordenador do Cespe/UnB somente evidencia que a instituição é maleável quanto às correções por ela realizadas e demonstra certa humildade, reconhecendo que equívocos podem ocorrer e, caso realmente ocorram, a instituição não deixaria de retificá-los;

- a afirmação de que a falta de critério está demonstrada também com o fato de que os candidatos cujos recursos foram admitidos tiveram um aumento de quase 2,0 pontos em suas notas reflete a tentativa insistente do Requerente de desqualificar a idoneidade do Cespe/UnB no tocante à correção das provas;

- a correção dos recursos, em si, constitui mérito administrativo, que não pode ser analisado em sede de Procedimento de Controle Administrativo ou até mesmo pelo Poder Judiciário; não houve falta de critério, havendo, de fato, inconformismo do Requerente que, não obstante tenha obtido mais um ponto após o recurso, não obteve aprovação;

- se os argumentos do Requerente não tivessem sido considerados, como afirma, ele não teria recebido acréscimo algum na nota que lhe fora atribuída quando da correção do recurso que interpôs;

- a alegação de que houve alteração no critério de correção da prova de sentença penal quando da correção dos recursos administrativos não tem procedência, pois a suposta mudança de posicionamento não ocorreu; constitui ônus do Requerente comprovar essa mudança de orientação do Cespe/UnB, de que não se desincumbiu;

- a sentença penal é peça extremamente técnica, composta por inúmeros requisitos essenciais, não sendo suficiente para a aprovação apenas a tipificação das condutas descritas no enunciado em um ou outro tipo penal;

- bem ou mal, acertados ou desacertados, os critérios de correção tiveram a sua aplicação de forma isonômica e impessoal, aplicados indistintamente a todos os candidatos avaliados;

- se não há qualquer elemento que aponte para o desvio de finalidade, ter-se-á discussão acerca do mérito da correção – discricionariedade da Banca Examinadora -, sendo incabível ao Poder judiciário imiscuir-se em tal questão, como já decidido pelo STF (RE 140242 – Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 21/11/1997);

- a limitação a mil caracteres para cada item do recurso, e não para o recurso como um todo, é razoável e não ofende a ampla defesa e o contraditório do Requerente; foge da realidade e constitui afronta à razoabilidade e à eficiência que permeiam o concurso público permitir a cada fundamentação recursal a elaboração de monografia sobre cada item da resposta;

- todos os candidatos foram submetidos às mesmas regras para recorrer; alguns, como o Requerente, obtiveram êxito, outros não;

- o próprio Edital estipula que os recorrentes devem observar as instruções contidas no sistema eletrônico de interposição de recursos (item 17.1); se o candidato não concorda com tal regra, que não efetue sua inscrição no concurso;

- mil caracteres permitem a uma pessoa escrever por volta de 12 linhas no Word, com cada linha possuindo aproximadamente 80 caracteres; observando que a citação de jurisprudência do STF, por exemplo, utiliza em torno de 100 caracteres, incluindo os espaços, percebe-se que o recorrente poderia juntar até 10 citações jurisprudenciais, montante bastante expressivo, o que faz cair por terra a alegação do Requerente de que foi impedido de demonstrar que os tribunais superiores, bem como a doutrina, possuem entendimentos diversos daquele que fora acolhido como resposta correta.

- no entender do Requerente, permitir o contraditório e a ampla defesa corresponde a permitir que a parte possa influenciar no convencimento daquele que fará o julgamento/correção;

- todos os concursos realizados pelo Cespe/UnB trazem como padrão o limite de mil caracteres para cada item do recurso e, se isso for considerado, devem ser anulados todos os concursos realizados pela instituição;

- o candidato é pessoa capaz, que deve conhecer as regras da instituição encarregada de realizar o Certame e que todos os argumentos expostos pelo candidato já estão em análise pelo Poder Judiciário da Paraíba por meio de ações judiciais.

Pugna pelo não conhecimento do pedido e, no mérito, pela improcedência do presente Procedimento de Controle Administrativo.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Passo ao exame direto do mérito, razão pela qual **fica prejudicada a análise do pedido de liminar**.

A pretensão do Requerente é que este Conselho Nacional de Justiça anule a segunda etapa do 52º Concurso para Provimento do Cargo de Juiz de Direito Substituto, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, ao argumento de que, durante a sua realização, foram afrontados os princípios do contraditório, da ampla defesa e da publicidade, bem como o princípio da vinculação ao Edital do Concurso Público.

A suposta afronta a esses princípios fundamenta-se, basicamente, nas seguintes alegações: **a)** a segunda etapa do Certame, de acordo com o item 6.1.1, II do Edital, seria de responsabilidade da Comissão de Concurso, mas houve a irregular alteração dessa regra, atribuindo-se essa responsabilidade ao Cespe/UnB; de igual forma, também não foram observados os subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 do Edital, que dispõem sobre o julgamento dos recursos administrativos, cometido também à referida instituição; **b)** falta/alteração de critérios para a correção da prova, uma vez que, após os recursos administrativos, houve um aumento de 200% no número de aprovados; **c)** correções mal feitas dos recursos administrativos, além da insuficiência do espaço para as razões recursais – apenas mil caracteres.

Conquanto se reconheça o esforço argumentativo do candidato, não se afigura razoável, *in casu*, que este CNJ se imiscua no referido Certame para fins de revisão da metodologia de avaliação das provas subjetiva e prática de sentença.

Afirma o Requerente que a segunda etapa do Certame, de acordo com o item 6.1.1, II do Edital, seria de responsabilidade da Comissão de Concurso, mas houve a irregular alteração dessa regra, atribuindo-se essa responsabilidade ao Cespe/UnB. Sustenta que, de igual forma, também não foram observados os subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 do Edital, que dispõem sobre o julgamento dos recursos administrativos.

De fato, assim estabelece o Edital do Concurso, nos itens indicados pelo Requerente, *verbis*:

6.1.1 O concurso desenvolver-se-á, sucessivamente, em cinco etapas, de acordo com as seguintes especificações:

[...]

II SEGUNDA ETAPA – 2 (duas) provas escritas, de responsabilidade da Comissão de Concurso, de caráter eliminatório e classificatório, sendo que:

[...]

14.2.1 O candidato poderá, nos 2 (dois) dias seguintes à publicação do resultado das provas escritas subjetivas da segunda etapa (provas discursiva e prática de sentença) no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça do Estado da Paraíba, requerer vista da prova e, nos 2 (dois) dias subsequentes, apresentar recurso, sem efeito suspensivo, dirigido ao Presidente da Comissão do Concurso, o qual encaminhará à Comissão Examinadora no prazo de 48 horas.

[...]

14.2.5 Os recursos interpostos serão protocolizados, após numeração aposta pela Secretaria do Concurso, distribuindo-se à Comissão Examinadora somente as razões do recurso, retida pelo Secretário da Comissão a petição de interposição.

14.2.6 A Comissão, convocada especialmente para julgar os recursos, reunir-se-á em sessão pública e, por maioria de votos, decidirá pela manutenção ou pela reforma da questão recorrida.

14.2.7 Cada recurso será distribuído por sorteio e, alternadamente, a um dos membros da Comissão, que funcionará como relator, vedado o julgamento monocrático.

No caso, entretanto, além de o Requerente não demonstrar qualquer prejuízo específico advindo da modificação da entidade responsável pela elaboração e correção das provas da segunda etapa do Concurso Público, considero não existir violação aos princípios norteadores da Administração Pública, em especial ao da isonomia.

É que, ao se atribuir ao Cespe/UnB a elaboração, aplicação e correção das provas subjetivas, bem como o julgamento dos recursos, mesmo havendo previsão no Edital de que a etapa seria de responsabilidade da Comissão de Concurso, todos os candidatos se submeteram a essa alteração de forma equânime. Não há qualquer notícia nos autos de que, em razão dessa alteração, houve benefício a alguns candidatos em detrimento de outros, ou dano concreto a todos os interessados.

Ante a análise específica do caso posto em debate, é inviável, como pretende o Requerente, que se declare a nulidade do certame tão somente em decorrência de ser a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firme no sentido de que os Editais são inalteráveis após sua publicação. Entendimento contrário ampararia a massificação das decisões judiciais.

Registre-se que a inobservância de regra do Edital pode não necessariamente acarretar nulidade de concurso público, quando não demonstrado prejuízo aos concorrentes ou violação do princípio da isonomia. Nesse sentido o seguinte precedente do STF:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM DECISÃO MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. MATÉRIA PACÍFICA. CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA PUBLICIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência desta Suprema Corte não admite embargos declaratórios contra decisão monocrática. Embargos recebidos como agravo regimental apresentados no prazo recursal desse. 2. Não há violação aos princípios da isonomia e da publicidade quando a divulgação das notas dos candidatos em concurso público ocorre em sessão pública,

mesmo que em momento anterior ao previsto no edital, ainda mais quando, como no caso, todos forem informados de sua ocorrência. 3. A inobservância de regra procedimental de divulgação de notas não acarreta a nulidade de concurso público quando não demonstrado prejuízo aos concorrentes. 4. Não cabe ao Poder Judiciário rever os critérios de correção das provas e as notas a elas atribuídas, a não ser quando seja exigido conhecimento de matéria não prevista no edital. 5. Agravo regimental não provido. (AO 1395 ED/ES, Ministro Relator Dias Toffoli, DJ 24.06.2010, Órgão Julgador: Tribunal Pleno).

Quanto às alegações sobre a falta de critérios para a correção da prova, há que se invocar a jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não cabe ao Poder Judiciário avaliar os critérios de correção das provas de concursos públicos. Precedente:

AGRAVO REGIMENTAL. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÕES OBJETIVAS. IMPOSSIBILIDADE. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que ao Poder Judiciário não é dado substituir banca examinadora de concurso público, seja para rever os critérios de correção das provas, seja para censurar o conteúdo das questões formuladas. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 827001 AgR/RJ –Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ 01.03.2011).

Frise-se, ademais, que o recurso interposto pelo Requerente foi acolhido, havendo sido acrescido um ponto à sua nota. Esse fato demonstra claramente que a instituição responsável pelo julgamento dos recursos, ao contrário do que afirma o Requerente, levou em consideração os argumentos utilizados pelo candidato, mas, para seu infortúnio, isso não foi suficiente para aprová-lo.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, **julgo improcedente** o pedido formulado no presente Procedimento de Controle Administrativo.

Intimem-se. Após, archive-se.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 07 de Março de 2012 às 10:16:03

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
218687988e4b4a3d69d605df7f8d53d9



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3



120329192444000000000000498899

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **499607**